

# PROJETO EDUCATIVO

EPDRAC

2018/2021



Cofinanciado por:





“O fracasso escolar não deve ser debitado exclusivamente nas costas dos professores, o fracasso escolar começa dentro de casa e tem seu ponto fulminante nos corredores das escolas.”

*Pedro Botelho*



## Índice

Índice .....	3
1. Introdução .....	4
2. Princípios .....	5
3. Valores.....	7
4. Caracterização.....	7
4.1. DO MEIO ENVOLVENTE .....	7
4.2. DA ESCOLA.....	8
5. Oferta Educativa.....	9
5.1. OFERTA EDUCATIVA .....	9
5.2. ALUNOS/TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA .....	10
5.3. SITUAÇÃO RESPEITANTE AO NÚMERO DE ALUNOS.....	10
6. Organização escolar .....	11
6.1. CRITÉRIOS GERAIS DE CONSTITUIÇÃO DE TURMAS .....	11
6.2. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE.....	11
6.3. DIRETORES DE TURMA E SUAS FUNÇÕES .....	13
7. Estabelecimento efetivo de parcerias.....	14
8. Objetivos e Metas .....	15
8.1. OBJETIVOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO.....	15
8.2. UMA ESCOLA DE BASE HUMANISTA .....	15
8.3. O SABER.....	16
8.4. A APRENDIZAGEM .....	17
8.5. INCLUSÃO .....	18
8.6. COERÊNCIA E FLEXIBILIDADE.....	19
8.7. ADAPTABILIDADE, SUSTENTABILIDADE E ESTABILIDADE.....	21
9. Avaliação .....	22
9.1. INDICADORES DE MEDIDA .....	22
10. Conclusão .....	22
Bibliografia .....	23

# 1. Introdução

---

A educação para todos, conforme é protagonizada pela UNESCO e pelo que está estabelecido no Perfil do Aluno à saída da Escolaridade Obrigatória, considera a diversidade e a complexidade como fatores a definir para o que se pretende para a aprendizagem dos alunos à saída dos 12 anos da escolaridade obrigatória.

O perfil do aluno visa criar um quadro de referência de valores como a liberdade, a responsabilidade, a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade que nos rodeia. No atual mundo globalizado, onde impera a mudança e a incerteza, a escola deve criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico.

Se estes valores eram reais para nós escola, antes do traçado do Perfil do Aluno do século XXI, são hoje em dia mais pertinentes, pois os nossos princípios básicos de formação passam por formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos.

O ensino e a aprendizagem, dentro e fora da sala de aula, devem ser e são as nossas mais-valias e as diferenças do ensino que aqui se preconiza. Temos valorizado e propomo-nos continuar a valorizar o saber-fazer, o saber-ser, o saber-estar nas suas diversas relações e envolvimento.

**A missão da escola enquanto serviço público, e desta em particular, deve passar por garantir a formação cívica, académica e profissional dos alunos e o bem-estar de todos os elementos da comunidade educativa, para que todos e cada um adquiram competências e conhecimentos que lhes permitam desenvolver as suas capacidades, integrar-se na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País.**

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, como documento de referência para o sistema educativo, constitui-se como a matriz para decisões a adotar por todos os atores educativos. É um documento abrangente, transversal e recursivo. Pretende contribuir para a organização e gestão curriculares e para a definição de estratégias, metodologias e procedimentos pedagógico-didáticos a utilizar na prática letiva. É



abrangente porque respeita o caráter inclusivo e multifacetado da escola, independentemente dos percursos escolares realizados. A transversalidade está alicerçada no pressuposto de que cada área curricular contribui para o desenvolvimento de todas as áreas de competências consideradas no Perfil dos Alunos. Estes dois pressupostos concorrem para a natureza recursiva do Perfil do aluno, pois possibilita que, em cada ano de escolaridade, tenhamos em mente o seu conteúdo e as suas finalidades.

Nesta perspetiva o Projeto Educativo da Escola (PEE) pretende ser o instrumento que orienta, com coerência e articuladamente, a vida da Escola, através das suas linhas de orientação estratégica e das linhas de ação e metas. Este documento fundamental para a prática educativa resulta, acima de tudo, de um trabalho coletivo de todos os que exercem a sua ação educativa nesta escola e dos que nela recebem a sua formação, procurando espelhar o olhar interno e externo de todos.

Neste projeto definem-se os princípios, os grandes objetivos e as linhas de orientação e de ação que visam a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem, tendo como referencial temporal as experiências e vivências conseguidas com a maturidade alcançada pela escola. Pretende-se que seja um instrumento pensado em prol dos alunos, pressupondo o estabelecimento de prioridades educacionais e a identificação de estratégias de intervenção, e edificado com a participação de todos os intervenientes no processo educativo.

O PEE deverá também ser entendido como um instrumento dinâmico e flexível, ajustável às constantes mutações que a Escola vive, de forma a dar respostas aos novos desafios que em cada momento se colocam, tendo, no entanto, sempre em vista a qualidade educativa.

## 2. Princípios

---

A EPDRAC enquanto grupo social detentor de uma cultura própria, alicerçada por um processo dinâmico de interações sociais e com um conjunto de práticas, valores e crenças partilhados pela comunidade educativa, reúne condições para que o seu projeto educativo se oriente para metas da qualidade da ação educativa e do sucesso escolar e educativo dos seus alunos.



No dia-a-dia da escola podemos encontrar soluções contextualizadas e assertivas face aos desafios com que nos defrontamos, através de uma prática educativa congruente com a nossa identidade, num processo contínuo de construção da tão desejada autonomia. Sabemos que “A identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re)construir numa incerteza maior ou menor e mais ou menos durável.” (Dubar, 1997, p. 104)

Nesta perspetiva de construir e (re) construir vamos trabalhando diariamente para que os nossos princípios orientadores possam ser trabalhados de forma a concretizar a nossa missão, os valores definidos e os objetivos traçados.

Como princípios orientadores, e tendo em conta o que está definido no Perfil do Aluno, definimos como prioridades para este PEE:

- **Uma escola de base humanista**, que deverá trabalhar saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar.
- **O Saber** que é responsabilidade da escola no desenvolvimento de uma cultura científica que permita compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo.
- **A Aprendizagem**, promovendo intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da educação e formação ao longo da vida.
- **A Inclusão** procurando agregar uma diversidade de alunos tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista cognitivo e motivacional.
- **A Coerência e flexibilidade** garantindo a aprendizagem e a participação dos alunos no seu processo de formação numa ação educativa coerente e flexível.
- **Adaptabilidade, sustentabilidade e estabilidade**, que exige a perceção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções. A escola contribui para formar nos alunos a consciência de sustentabilidade, um dos maiores desafios existenciais do mundo contemporâneo, que consiste no estabelecimento, através da inovação política, ética e científica, de relações de sinergia e simbiose duradouras e seguras entre os sistemas social, económico e tecnológico e o Sistema Terra, de cujo frágil e complexo equilíbrio depende a continuidade histórica da civilização humana. A

estabilidade permite fazer face à evolução em qualquer área do saber e ter solidez para que o sistema se adeque e produza efeitos.

### 3. Valores

---

A EPDRAC valorizará os saberes e valores cívicos fundamentais, promovendo as aprendizagens de forma a desenvolver uma cultura científica que permita compreender, decidir e intervir socialmente, agregando todos os alunos sempre de uma forma coerente e flexível, garantindo o sucesso educativo.

A valorização da escola passa por:

- Garantir o sucesso académico dos alunos, priorizando os resultados escolares, tendo como referência os processos de ensino e de aprendizagem;
- Promover o pleno desenvolvimento da personalidade dos alunos, assegurando a sua preparação para o prosseguimento de estudos e para o mercado de trabalho;
- Assegurar a qualidade e a eficácia dos processos de gestão/organização da escola e da afetação de recursos humanos, materiais e físicos;
- Monitorizar e avaliar os processos, o progresso, o desempenho e o desenvolvimento.

### 4. Caraterização

---

#### 4.1. DO MEIO ENVOLVENTE

A Escola está situada no concelho de Alter do Chão, uma zona bastante central do distrito de Portalegre, de características eminentemente rurais, onde as atividades económicas principais são a agropecuária, a cinegética e o turismo. O concelho tem cerca de 3562 habitantes, segundo os Censos 2011, dispersos pelas suas quatro freguesias - Alter do Chão, Chança, Seda e Cunheira.

O ex-libris do concelho é o famoso cavalo lusitano, criado na Coudelaria de Alter, instituição bicentenária, que influencia e prestigia o concelho, assim como a EPDRAC.

A vila de Alter do Chão tem boas infraestruturas, culturais e desportivas, tais como cineteatro, rede concelhia de bibliotecas, pavilhão gimnodesportivo, piscina coberta e



descoberta, campos de ténis e campo de futebol. Quanto aos serviços, a vila dispõe de um centro de saúde, farmácia, correios, bancos, restaurantes, hotéis e bombeiros.

Povoado desde os mais remotos tempos, o concelho apresenta importantes vestígios históricos, que remontam ao período Romano, dos quais se salientam a Ponte Romana de Vila Formosa e as ruínas romanas de *Abelterium*. O Castelo, situado no centro de Alter do Chão, foi mandado construir em 1359, por D. Pedro I.



O século XVIII e as descobertas do novo mundo possibilitaram a construção de novos solares e igrejas. Neste século fundou-se também a instituição que mais contribuiu para tornar conhecido o nome de Alter: a Coudelaria. A iniciativa partiu do Rei D. João V. Para o efeito, procedeu-se ao aproveitamento da Coutada do Arneiro que continua a revelar excelentes condições para a criação de equinos, situação que perdurou até aos nossos dias.

#### 4.2. DA ESCOLA

A Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão – EPDRAC – surgiu no ano de 2000, com base nos artigos 24º e 25º do Decreto-lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro e em outras orientações do Ministério da Educação que originaram o processo de extinção da Escola Profissional Agrícola de Alter do Chão, em funcionamento desde 1990. A EPDRAC passou a integrar a rede de escolas do ensino público no ano de 2001, através da Portaria n.º 165/2001, de 7 de Março, regulamentada pelo Dec. Lei n.º 115-A/98, de 24 de Maio (alterado pela Lei n.º 24/99 de Abril).

Por Despacho do Senhor Secretário de Estado da Educação, de 4 de Junho de 2010, foi agregada ao Agrupamento de Escolas do Concelho de Alter do Chão. Contudo, em 1 de Julho de 2012, o Ministério da Educação declarou, através da Secretaria de Estado do Ensino e da Administração Escolar, que concluíra o processo de agregação de escolas e, em simultâneo, definira “a desagregação do Agrupamento de Escolas de Alter do Chão, autonomizando a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão”, permitindo “assim à escola profissional o desenvolvimento do seu projeto educativo, que apresenta especificidades próprias e características únicas.”



Sedeada na Coudelaria de Alter, a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão funciona em instalações cedidas por protocolo e por entendimento entre os dois ministérios que superintendem as duas instituições, usufruindo de vários pavilhões que contemplam as salas de aula, sala de professores, reprografia, sala de TIC, biblioteca, laboratório, sala de reuniões, coordenação e secretaria, refeitório, bar, pavilhões de arrumos e trabalhos cinegéticos; possui ainda cavalariças bem equipadas, com capacidade para cerca de 100 cavalos, oficina de siderotecnia, picadeiros cobertos de excelentes dimensões, campo de *cross* e de obstáculos, pista de galope e duas *carrières* (picadeiro descoberto apropriado à prática do Ensino).

A EPDRAC coloca também à disposição dos seus alunos cavalos e alfaias agrícolas, sem os quais não seria possível executar as mais simples tarefas inerentes aos cursos que aqui se ministram.

## 5. Oferta Educativa

---

Os alunos que frequentam a EPDRAC são na sua maioria oriundos das mais variadas regiões do País, bem como da vizinha Espanha.

A escola está vocacionada para cursos na área de produção agrícola e animal, conforme a Portaria n.º 165/2001.

A EPDRAC funciona em regime diurno, de acordo com a oferta formativa nas seguintes áreas:

### 5.1. OFERTA EDUCATIVA

Visando princípios da estabilidade e adaptabilidade, e pelas características da EPDRAC, será uma prioridade alargar e diversificar a oferta formativa para poder transformá-la numa referência regional, nacional e internacional. A diversificação da oferta formativa será uma prioridade ao longo do mandato por forma a captarmos alunos para as áreas que estamos vocacionados. Para a diversificação da oferta formativa, além da autorização superior para o funcionamento dos cursos, será sempre necessário não descuidar a publicitação em meios de comunicação regionais e nacionais e utilizar uma diversidade de meios de modo a chegarmos a um público cada vez maior e mais



diversificado.

<b>CURSO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO - TIPO 2, NÍVEL 2, 2 ANOS</b>	
Tratador e Desbastador de Equinos Operador Agrícola	
<b>SECUNDÁRIO</b>	<b>CURSOS PROFISSIONAIS</b>
3 anos	Técnico de Gestão Equina Técnico de Produção Agropecuária
<b>SECUNDÁRIO</b>	<b>CURSOS PROFISSIONAIS a oferecer futuramente</b>
3 anos	Técnico de Acompanhante de Turismo Equestre Técnico de Organização de Eventos Turismo Ambiental e Rural

## 5.2. ALUNOS/TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA

Segundo a análise dos dados da Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), os alunos dos cursos profissionais e tecnológicos a nível nacional apresentam uma média de desistência de 11,6% e de retenção 15,7%. Tendo em conta dados de 2015/16 e a nível do Alentejo, temos como taxa de desistência 8,2% e como taxa de retenção 14,7%.

Relativamente aos resultados obtidos os nossos alunos possuem uma média superior (60%) à média nacional (52%) e à média do Distrito (58%), no que se refere aos cursos profissionais.

## 5.3. SITUAÇÃO RESPEITANTE AO NÚMERO DE ALUNOS

O número de alunos a frequentar esta escola tem vindo a aumentar, sendo que em 2013/14 apresentava uma população escolar de 124 alunos, e chegando, em 2017/18, aos 164 alunos. Este aumento, num distrito em que a diminuição de alunos em todos os concelhos é uma realidade, faz desta escola um pólo de dinâmica social e económica para o concelho de Alter do Chão, do distrito e da região.

Contudo, têm vindo a ocorrer alguns problemas no que respeita aos comportamentos dos alunos, devido à maior procura por parte de instituições que tutelam

os jovens problemáticos e desintegrados, para podermos ajudar na solução educativa dos mesmos.

## 6. Organização escolar

---

### 6.1. CRITÉRIOS GERAIS DE CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

Na formação das turmas, para além das orientações constantes do diploma que estabelece as normas a observar na constituição das turmas – Despacho Normativo n° 10-A/2018, de 19 de junho, devem ser tidos em conta os seguintes critérios gerais:

- Na constituição de turmas, em qualquer dos níveis de ensino, deverão prevalecer critérios de ordem pedagógica;
- As turmas serão constituídas respeitando o número de alunos previsto na Lei;
- A distribuição dos alunos pelas turmas deverá ser feita de forma a manter, em cada ano de escolaridade, a diversidade/heterogeneidade relativamente à idade e sexo;
- Nas disciplinas práticas de cada curso (Equitação, Produção Agrária, Produção Animal, Mecanização Agrícola) haverá lugar a desdobramento sempre que o número de alunos seja igual ou superior a 20 devido à especificidade da área a trabalhar e de forma a manter a segurança dos alunos no decorrer das suas atividades;
- Deverão ser colocados na mesma turma alunos vindos do estrangeiro com dificuldades especiais em Língua Portuguesa e a frequentar o mesmo ano de escolaridade, a fim de facilitar a prestação do apoio pedagógico previsto na Lei.

### 6.2. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE

O critério primordial para hierarquizar os docentes do quadro, no que à distribuição de serviço docente diz respeito, deve seguir o disposto no Despacho normativo n.º 10-B/2018 de 6 de julho, sendo que o seu artigo 7º refere:

- 1- A distribuição do serviço docente tem por finalidade assegurar o serviço letivo decorrente das horas letivas dos grupos e turmas existentes na escola e garantir as condições para a implementação de medidas de promoção do sucesso educativo

- ou outras atividades que promovam a formação integral dos alunos assegurando desta forma, as melhores condições de aprendizagem a todos.
- 2- A noção de «tempo letivo» corresponde à duração do período de tempo que cada escola definir como unidade letiva, em função da carga horária semanal prevista nas matrizes curriculares.
  - 3- Os critérios em que assenta a distribuição do serviço docente são definidos pelo diretor e visam a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, tanto na adaptação aos fins educativos a que se destinam, como na otimização do potencial de formação de cada um dos docentes.
  - 4- Os docentes podem, independentemente do grupo pelo qual foram recrutados, lecionar outra disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferente ciclo ou nível de ensino, desde que sejam titulares da adequada formação científica e certificação de idoneidade nos casos em que esta é requerida.
  - 5- O tempo remanescente que resulte da distribuição de serviço letivo, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, decorrente do tempo letivo adotado em cada escola, é gerido de forma flexível, repartidamente, ao longo do ano, e preenchido com atividades letivas.
  - 6- As atividades a atribuir nos termos do número anterior devem privilegiar medidas de promoção do sucesso educativo.
  - 7- A distribuição do serviço docente concretiza-se com a entrega de um horário semanal a cada docente no início do ano letivo, ou no início de uma atividade sempre que esta não seja coincidente com o início do ano letivo.
  - 8- O serviço docente não deve ser distribuído por mais de dois turnos por dia.
  - 9- Excetua-se do previsto no número anterior a participação em reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos legais, quando as condições da escola assim o exigirem.
  - 10- A duração das reuniões previstas no número anterior deve ser definida em sede de regulamento interno, ouvido o conselho pedagógico.
  - 11- O diretor garante, através dos meios adequados, o controlo da pontualidade e da assiduidade de todo o serviço docente, registado no horário nos termos do n.º 3 do artigo 76.º do ECD.



- 12- A eventual atribuição de serviço docente extraordinário, nos termos definidos no artigo 83.º do ECD, visa dar resposta a situações ocorridas no decurso do ano letivo, para as quais seja insuficiente a aplicação de algum dos mecanismos previstos no n.º 7 do artigo 82.º do ECD, no que às ausências de curta duração diz respeito e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 83.º do ECD.
- 13- Sempre que num grupo de recrutamento se verifique a necessidade de afetação ou de reafetação de horas letivas resultante, designadamente, de impedimentos temporários de professores, serão as mesmas distribuídas, prioritariamente, a docentes em serviço na escola.
- 14- O recurso à contratação só é possível após a verificação da inexistência de horas disponíveis nos horários dos docentes de carreira em exercício de funções na escola.
- 15- Na definição das disciplinas de Oferta de Escola ou de Oferta Complementar deve ser assegurada prioritariamente uma gestão racional e eficiente dos recursos docentes existentes na escola.

Tendo esta escola recursos humanos escassos e na sua maioria técnicos especializados contratados, os critérios de distribuição do serviço docente devem passar por princípios de equidade, de adaptabilidade, de eficiência, de rentabilização de recursos humanos e financeiros.

### 6.3. DIRETORES DE TURMA E SUAS FUNÇÕES

As funções previstas na lei para o desempenho dos diretores de turma são:

- Assegurar o planeamento conjunto da lecionação dos conteúdos curriculares das diferentes disciplinas promovendo a interdisciplinaridade e uma eficaz articulação curricular;
- Coordenar o processo de avaliação formativa das aprendizagens, garantindo a sua regularidade e diversidade;
- Promover, orientar e monitorizar a conceção e implementação de medidas que garantam o sucesso escolar de todos os alunos;
- Apoiar a integração dos alunos na escola e o acesso às diferentes ofertas por esta promovida;

- Desenvolver iniciativas que promovam a relação da escola com a família, em articulação com os docentes do conselho de turma;
- Promover mecanismos de devolução de informação às famílias.

Tendo em consideração as funções acima referidas os diretores de turma deverão ter o seguinte perfil:

- Saber respeitar as diferenças culturais e pessoais dos alunos e de todos os restantes membros da comunidade educativa;
- Ser capaz de se relacionar e de comunicar e manter o equilíbrio emocional nas diversas circunstâncias da atividade profissional;
- Apresentar-se como gestor de situações problemáticas e de conflitos interpessoais com segurança e flexibilidade;
- Colaborar com todos os intervenientes no processo educativo, promovendo a existência de relações de respeito mútuo entre professores, alunos, encarregados de educação e o pessoal não docente e outras instituições da comunidade;
- Promover as interações com as famílias, particularmente no domínio dos projetos de vida e de formação dos alunos.
- Ser conhecedor da Escola, dos seus alunos e da forma como se deve relacionar com os

## 7. Estabelecimento efetivo de parcerias

---

Para que sejam efetivos os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelos alunos e para que a Escola possa promover os valores a que nos propomos, não podemos viver isolados, mas sim em parcerias efetivas.

Evidenciamos a importância vital da nossa parceria com a Coudelaria de Alter. Estamos sediados em instalações cedidas por esta instituição e trabalhamos em estreita ligação com a mesma em inúmeras atividades, pelo que para nós é de grande relevância a manutenção e a evolução desta parceria.

A Autarquia é parceira desta escola, por inteiro, e o seu papel tem sido vital para a Escola.



Existem diversas empresas que se disponibilizam a trabalhar com os alunos desta escola e assumem um papel importante na formação dos nossos jovens. Mas, com o aumento da oferta formativa é necessário termos uma cultura de dinamização de parcerias onde a formação dos nossos jovens possa ser uma realidade, pois a Formação em Contexto de Trabalho deverá ser realizada em empresas.

## 8. Objetivos e Metas

### 8.1. OBJETIVOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO

Este projeto educativo assume como objetivos prioritários de intervenção, para os próximos anos, sempre na perspetiva de melhoria, os seguintes princípios:

1. Construir **“uma escola de base humanista”**;
2. Incentivar ao **“saber”**;
3. Promover as condições para a **“aprendizagem”**;
4. Proporcionar os contextos propícios à **“inclusão”**;
5. Fundamentar a aprendizagem em princípios de **“coerência e flexibilidade”**;
6. Formar com base na **“adaptabilidade, sustentabilidade e estabilidade”**.

### 8.2. UMA ESCOLA DE BASE HUMANISTA

Educar exige mudança e, para isso, é necessário saber a direção da mudança e definir os caminhos para prosseguir na mudança. No mundo atual, os agentes sociais estão cada vez menos preocupados com os outros. A escola reflete o que se passa em seu redor, por isso se pretende uma sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana como valores fundamentais. Assim, será necessário que os valores humanistas estejam presentes em todas as dimensões presentes na escola: no ensino, na aprendizagem, nas atividades, nos comportamentos, nas atitudes dentro e fora da sala de aula, no relacionamento entre pares e interpares.

Nesta perspetiva pressupõe-se o uso de objetivos específicos e comportamentais, considerados objetivos estratégicos, tanto para a organização, como para a regulação dos processos de ensino e de aprendizagem, a saber:

1. Orientar a gestão pedagógica para atitudes e comportamentos assertivos em sala de aula e fora dela.
2. Trabalhar na diferenciação positiva dos níveis de aprendizagem dos alunos.
3. Valorizar a dimensão artística.
4. Promover a implementação da educação para uma cidadania ativa e esclarecida.
5. Dinamizar um gabinete de apoio pedagógico para alunos, nas diferentes áreas disciplinares.
6. Priorizar um ensino de qualidade, com oportunidades e abertura para o espaço comunitário.
7. Continuar o esforço e o trabalho já realizado, para que o ensino seja efetivo na vertente saber-fazer e na experimentação.
8. Divulgar todas as atividades desenvolvidas, para que seja visível, para o exterior, as capacidades/competências dos nossos alunos.
9. Orientar o processo de ensino para a participação dos alunos nas atividades realizadas pela Escola, visando o desenvolvimento integral e valorizando as aprendizagens sociais e relacionais e o exercício responsável da cidadania.
10. Participar em projetos nacionais e internacionais nas áreas científica, educacional e de educação para a cidadania.
11. Criar e regulamentar quadros de valor e de excelência destinados a tornar patente o reconhecimento de aptidões e atitudes dos alunos, que tenham evidenciado valor e excelência nos domínios cognitivo, cultural, pessoal, desportivo ou social.
12. Promover práticas de supervisão pedagógica que visem a melhoria dos processos pedagógicos, em sala de aula.
13. Apoiar todas as iniciativas dos alunos, promovendo assim a sua capacidade empreendedora, para que seja efetiva a sua aprendizagem prática, o seu espírito de iniciativa e de responsabilidade.

### 8.3. O SABER

De acordo com os normativos, a organização e a gestão do currículo do nível secundário de educação subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

1. Flexibilidade na construção de percursos formativos;
2. Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua elemento regulador do ensino e da aprendizagem;
3. Transversalidade da educação para a cidadania e da valorização da língua e da cultura portuguesas em todas as componentes curriculares;
4. Valorização da aprendizagem das tecnologias da informação e comunicação;
5. Favorecimento da integração das dimensões teórica e prática dos saberes, através da valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas e da criação de espaços curriculares de confluência e integração de saberes e competências adquiridos ao longo de cada curso;
6. Enriquecimento das aprendizagens, através do alargamento da oferta de disciplinas, em função do projeto educativo da escola, e da possibilidade de os alunos diversificarem e alargarem a sua formação, no respeito pela autonomia da escola.

Assim, a escola propõem-se a cumprir os seguintes objetivos estratégicos:

1. Adotar modelos alternativos e flexíveis de ensino que proporcionem a diferenciação pedagógica;
2. Favorecer a articulação curricular das atividades pedagógicas de forma a integrar as dimensões, teórica e prática, dos saberes;
3. Promover práticas de coadjuvação nas disciplinas mais teóricas e em que há mais insucesso, proporcionando as condições de trabalho para uma efetiva transversalidade curricular;
4. Procurar, junto das entidades próprias, a autorização necessária para que se possa adaptar e flexibilizar os planos curriculares à realidade regional e nacional e às características da Escola, promovendo a transversalidade e o enriquecimento das aprendizagens.

#### 8.4. A APRENDIZAGEM

A escola é um sistema complexo e cada uma é uma realidade diferente, com uma cultura e identidade próprias, possuindo dinâmicas diferentes. “É preciso fazer da escola a vida e da vida a escola. Avaliar para clarificar e consolidar os percursos, favorecer as



incursões dos novos rumos da educação do FUTURO. Diagnosticar, reflectir, avaliar ... melhorar” (Couvaneiro & Reis, 2007, p.27).

Os programas de avaliação das escolas orientam-se no sentido de comprovar como as escolas procuram promover o progresso dos seus alunos (Diaz, 2003). Com a dinamização da equipa de autoavaliação e a envolvência de toda a comunidade educativa, iremos considerar as seguintes estratégias:

1. Contribuir para o desenvolvimento, focalizado e estratégico, de uma cultura de aperfeiçoamento da instituição EPDRAC;
2. Diagnosticar e sistematizar os dispositivos internos de suporte à autoavaliação;
3. Desenvolver o método que se utiliza, melhorando as referências até então usadas, de forma a podermos alcançar os objetivos traçados no processo já dinamizado;
4. Identificar aspetos da avaliação interna que permitam obter uma imagem do estado atual das dinâmicas da Escola;
5. Promover uma cultura de qualidade, exigência e responsabilidade, mediante uma atitude proativa e crítica, tendo em vista o incremento da qualidade dos processos e dos resultados dos alunos da EPDRAC.

#### 8.5. INCLUSÃO

A inclusão é o processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

Este processo visa apoiar a Educação para Todos e para cada criança no Mundo (Ainscow & Ferreira, 2003, citado em Rodrigues, 2003). Esta ideia implica encarar a escola como um espaço onde todos os jovens têm lugar para aprender e adquirir conhecimento e para desenvolver-se enquanto pessoa. Para haver uma verdadeira Escola Inclusiva, esta tem de se organizar e funcionar de forma a responder a alunos “diferentes”, com diferentes capacidades, competências, estilos de aprendizagem individuais (Sanches & Santos, 2004) e ritmos de aprendizagem diversificados (Morgado, 2003). Mas para que tal seja possível é necessário que se desenvolvam algumas mudanças no currículo, nas práticas pedagógicas de professores e na gestão escolar.

De acordo com Madureira & Leite (2003, citado em Costa, 2006), será vantajoso que todos os alunos aprendam e se desenvolvam juntos nas escolas inclusivas, independentemente das diferenças e das dificuldades que possam existir em cada aluno, sendo por isso necessário melhorar as respostas educativas para todos estes alunos, implicando:

- 1- Desenvolver processos de adaptação perante os vários estilos e ritmos de aprendizagem;
- 2- Criar e implementar currículos adequados à população escolar;
- 3- Organizar a escola de forma a responder às necessidades de todos os alunos;
- 4- Equacionar estratégias pedagógicas diversificadas e que impliquem atividades funcionais e significativas para os alunos;
- 5- Desenvolver processos de cooperação/colaboração com a comunidade em que a escola se insere;
- 6- E utilizar e rentabilizar recursos humanos e materiais existentes.

#### 8.6. COERÊNCIA E FLEXIBILIDADE

O funcionamento de uma organização escolar decorre do compromisso entre o contexto formal e as interações que se produzem, especialmente entre grupos com diferentes interesses. Diferentes investigadores consideram que a organização escolar tem como base a parte física da escola, como seja dimensão da escola, recursos materiais, número de turmas, edifício escolar, organização dos espaços, etc.; a estrutura administrativa comporta a gestão, direção, controlo, inspeção, tomada de decisão, pessoal docente, pessoal não docente, participação das comunidades, relação com as autoridades centrais e locais, etc.; a estrutura social compreende a relação entre alunos, professores e funcionários, responsabilização e participação dos pais, democracia interna, cultura organizacional da escola, clima social, etc. (Nóvoa, 1995).

São estes fatores internos e as interações da comunidade envolvente que constituem a cultura de uma organização escolar. Esta cultura terá de ser alimentada pelas lideranças que, de acordo com Rogers (1978:165), “tem sido demonstrado que os líderes que confiam nos membros da organização, compartilham e defendem o controlo e mantêm comunicação livre e pessoal conseguem melhor moral, organizações mais produtivas e facilitam o desenvolvimento de novos líderes.” Sendo esta a chave das



relações humanas numa organização, teremos de encontrar as estratégias de comunicação que permitam resolver os problemas com mais facilidade e evitar e resolver os conflitos logo que surjam e para tal teremos de:

1. Motivar as lideranças intermédias a trabalhar colaborativamente para a construção de uma Escola com melhores e mais significativos resultados e numa perspetiva inovadora;
2. Melhorar os procedimentos e os processos que normalmente se utilizam na Escola, normalizando-os e temporizando-os;
3. Procurar as melhores soluções para dar qualidade à vida dos profissionais da organização, animando-os, também, a superarem-se de um modo positivo e empenhado;
4. Agir como um mediador ativo de conflitos, de modo a propiciar as mudanças e a conquista do futuro;
5. Incentivar todas as atividades que promovam o nome da EPDRAC, junto de diferentes entidades;
6. Promover a interiorização dos valores do Projeto Educativo e das normas do Regulamento Interno.

O desenvolvimento de competências de nível mais elevado e a consolidação de aprendizagens essenciais pressupõem tempo para a consolidação e uma gestão integrada do conhecimento, valorizando os saberes disciplinares, mas também o trabalho interdisciplinar, a diversificação de instrumentos de avaliação, a promoção de capacidades de pesquisa, relação, análise, o domínio de técnicas de exposição e argumentação, a capacidade de trabalhar cooperativamente e com autonomia.

A flexibilidade no desenvolvimento do currículo constitui um instrumento para explorar formas diferentes de organizar o tempo, possibilitando trabalho de diferenciação pedagógica, de natureza interdisciplinar, desenvolvimento de projetos, aprofundamento dos conhecimentos adquiridos, alternância de aulas, trabalho em equipas pedagógicas. Pretende-se, com este instrumento de trabalho, conferir verdadeira autonomia às escolas, com as seguintes finalidades:

- O enriquecimento, aprofundamento e consolidação das «aprendizagens essenciais»;
- O desenvolvimento de projetos com o objetivo específico de recuperação de aprendizagens;

- A valorização das artes, do desporto, do trabalho experimental e das tecnologias de informação e comunicação, bem como a integração das componentes de natureza regional e local;
- A aquisição e desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da autoestima dos alunos;
- O exercício da cidadania ativa, de participação social, em contextos de partilha e colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade;
- A dinâmica do trabalho de projeto, centrada no papel dos alunos enquanto autores, proporcionando situações de aprendizagens significativas. Alguns exemplos de instrumentos de flexibilidade são hipóteses de organização como as que se listam, a título meramente ilustrativo e não exaustivo:
  - Alternância, ao longo do ano letivo, de períodos de funcionamento disciplinar com períodos de funcionamento multidisciplinar, em trabalho colaborativo;
  - Desenvolvimento de trabalho prático ou experimental com recurso a reconfiguração de turmas ou outra organização.

## 8.7. ADAPTABILIDADE, SUSTENTABILIDADE E ESTABILIDADE

O conceito de adaptabilidade pressupõe a capacidade de se adequar aos ambientes de acordo com as necessidades, situações e circunstâncias; significa ver onde está a “oportunidade” e aproveitá-la, deixando para trás vícios provocados pela rotina, pela insegurança e pelo receio do desconhecido. Adaptabilidade é colocar em destaque mais-valias e pontos fortes, com tenacidade e inteligência.

A sustentabilidade, por sua vez, aponta para o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem as suas próprias necessidades”. Isto é, a procura de um equilíbrio entre o desenvolvimento e a exploração de recursos sem prejudicar o ambiente natural ou as futuras gerações. O desenvolvimento sustentável é um conceito mais vasto do que a proteção ambiental. Implica preocupações sobre as futuras gerações e a manutenção ou melhoria dos recursos a longo prazo, não excedendo a sua taxa de renovação ou de capacidade de suporte.

A estabilidade aponta para um perfil de competências alargado e que requer tempo e persistência. O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória permite fazer face à evolução em qualquer área do saber e ter estabilidade para que o sistema se adeque e produza efeitos.

## 9. Avaliação

---

### 9.1. INDICADORES DE MEDIDA

1. Taxas de sucesso.
2. Número de participações em atividades/concursos internos e externos.
3. Recursos pedagógicos/humanos disponibilizados.
4. Análise da avaliação feita aos docentes.
5. Análise dos resultados obtidos em provas e exames;
6. Relatórios.

## 10. Conclusão

---

Não importa quais sejam os obstáculos e as dificuldades. Se estamos possuídos de uma inabalável determinação, conseguiremos superá-los. Independentemente das circunstâncias, devemos ser sempre humildes, recatados e despidos de orgulho.

Tenzin Gyatso

Este projeto educativo foi elaborado tendo em consideração o projeto de intervenção da diretora para o quadriénio 2018-2022, uma vez que é a própria que terá de dinamizar e pôr em prática as medidas propostas no projeto educativo.

Será avaliada anualmente a sua concretização pela equipa de autoavaliação da escola e através do relatório de atividades enviado anualmente para apreciação do Conselho Geral, após parecer do Conselho Pedagógico.



## Bibliografia

---

Dubar, Claude. A Socialização construção das identidades Sociais e Profissionais, Porto Editora, 1997.

Morgado, J. (2003). Os Desafios da Educação Inclusiva: fazer as coisas certas ou fazer certas as coisas. In L.M. Correia (Org.) Educação Especial e Inclusão (pp. 73-88). Porto: Porto Editora.

Nóvoa, A. (1992). Para uma Análise das Instituições Escolares. In António Nóvoa (Coord). As Organizações Escolares em Análise (pp.13-42). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

RODRIGUES, D. (2003) “Educação Inclusiva: as boas e as más notícias”, in: David Rodrigues (Org.) “Perspectivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade”, Porto Editora, Porto.